



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011594-87.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Jdf Comércio de Veículos Ltda**  
 Requerido: **Costa e Cabral Vistoria Em Veículos Automotores Ltda-me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**Jdf Comércio de Veículos Ltda**, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) ação em face da(s) parte(s) requerida(s) **Costa e Cabral Vistoria em veículos automotores Ltda-ME e Departamento Estadual de Trânsito - Detran**. Narra na inicial que em 08/05/2017 adquiriu o veículo da marca VW/Fox, 1.6 GLL, ano/modelo 2013/2014, de Maria Shirlei Ramalho Vasconcelo e na ocasião o submeteu a vistoria veicular na empresa requerida, que emitiu laudo em 05/05/2017 com a conclusão aprovado. Realizada a transferência, entretanto, os documentos apresentaram a informação de que o veículo era recuperado. Diante deste fato foi realizada nova pesquisa pela empresa vistoriadora e nova vistoria por outra empresa, constatando-se, desta feita, que o veículo era sinistrado e leilado. Deste modo, até o momento não conseguiu vender o veículo, acumulando perdas na negociação, visto que o adquiriu por vinte e nove mil reais. Pediu a procedência da ação para condenar a ré na restituição do valor de trinta e quatro mil e oitocentos reais, atualizado, ou a substituição do veículo por outro da mesma espécie. Apresentou os documentos de fls. 07/36.

Citada, a parte requerida apresentou a resposta de fls. 41/51, sustentando preliminar de ilegitimidade passiva, pois a informação de que o veículo era sinistrado não constava na primeira vistoria que realizou, sendo responsabilidade do Detran, ao qual pediu a denúncia da lide. Questionou o valor da indenização pretendida. Juntou documentos (fls. 52/68).

Réplica às fls. 71/74.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

O Juízo da 2ª Vara Cível desta comarca acolheu a denúncia da lide ao Departamento Estadual de Trânsito – Detran, determinando a remessa dos autos a esta Vara da Fazenda Pública (fl. 79).

Citado, o Departamento Estadual de Trânsito – Detran apresentou a resposta de fls. 100/102 e os documentos de fls. 105/107.

É o Relatório.

**Fundamento e Decido.**

O feito está em condições de ser julgado, sendo desnecessária a dilação probatória (art. 355, I, CPC).

De fato, a controvérsia cinge-se à não indicação, no momento da realização da primeira vistoria na empresa requerida, da existência de apontamento quanto ao sinistro e leilão do veículo, bem como à não constatação dos reparos que haviam sido realizados na estrutura do veículo, detectados na segunda vistoria (fls. 25).

E, nesta seara, não se entrevê responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito – Detran quanto a tais informações, o que retira desta Vara Especializada a competência para o julgamento da ação.

Com efeito, nem mesmo o autor estava convicto, ao ser provocado pelo Juízo cível, de que a autarquia devesse figurar no pólo passivo da ação, como se extrai do excerto extraído da réplica *"Se os vícios ocultos fossem apontados pela requerida, como foram apontados no segundo laudo, o veículo não seria adquirido, bem como esses vícios não são apresentados pelo DETRAN, mas sim pela vistoria realizada no próprio veículo, por isso a necessidade da vistoria, caso contrário era só consultar o site do DETRAN e não pagar por um laudo particular"*.

Nem o autor, nem o réu, indicaram por quais motivos o Departamento Estadual de Trânsito deste Estado deveria ser responsabilizado nesta ação, pois o próprio documento do veículo apresentado no momento da negociação, no qual se omitiram informações sobre o sinistro, é do Estado de Minas Gerais (fl. 56).

Contrariamente ao que afirma o réu denunciante, as informações relativas ao sinistro foram obtidas de banco de dados privados (fls. 67/68). O documento por ele juntado às fls. 67 ressalva que *"nos veículos cadastrados em outros estados pode haver vícios ocultos, restrições, débitos ou bloqueios que só irão constar no prontuário do veículo no momento da transferência efetiva para o estado"*.

Evidente, deste modo, que a lide é eminentemente privada, a subtrair deste



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Juízo a competência para apreciação da demanda.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação com relação ao Departamento Estadual de Trânsito – Detran do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Deixo de conhecer da lide em relação ao requerido **Costa e Cabral Vistoria em veículos automotores Ltda-ME**.

Arcará o réu denunciante com as custas acrescidas pela ampliação subjetiva da lide e com os honorários advocatícios do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da inicial.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Araraquara, 10 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**